

**DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, O ACESSO E A (NÃO)PERMANÊNCIA
DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO IF CATARINENSE
– CAMPUS CAMBORIÚ**

Sérgio Feldemann de Quadros¹

Sônia Regina de Souza Fernandes²

RESUMO

Os estudos sobre desigualdade educacional relacionados à desigualdade social têm tomado uma ótica para além de desigualdade de acesso e permanência, mas também para as desigualdades de percurso e aprendizagem. A partir de um breve retrospecto histórico das políticas de democratização da educação no Brasil elaboramos uma entrevista com o objetivo de saber os motivos pelos quais os estudantes de pedagogia do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú não permaneceram no curso. De acordo com as respostas que mostraram uma predominância das questões financeiras nos motivos da não permanência, evidenciamos que é necessário rever nossas políticas de democratização da educação, desde seu próprio significado, procurando compreender a complexidade que permeia os cursos de licenciaturas, uma vez que além de oferecer o acesso, bem como formas de auxílio estudantil, é preciso compreender que o contexto socioeconômico, racial, geográfico e de gênero influenciam sobremaneira na permanência e sucesso dos estudantes.

Palavras-Chave: Democratização da Educação; Acesso e Permanência; Desigualdade Educacional; Desigualdade Social.

ABSTRACT

Studies on educational inequality related to social inequality have taken an optical beyond unequal access and permanence, but also for the way inequalities and learning. From a brief historical retrospect of the democratization of education policies in Brazil we developed an interview in order to know the reasons why the pedagogy students of the Federal Institute of Santa Catarina - Camboriú Campus did not stay the course. According to the answers that showed a predominance of financial matters on the grounds of non-permanence, we showed that we need to review our education democratization policies from its own meaning, trying to

¹Estudante do Curso de Pedagogia/bolsista de Pesquisa/Edital N. 084/GDG/IFC-CAM/2013. IF Catarinense/Câmpus Camboriú
Email: sergiofquadros@gmail.com.

²Professora/Pesquisadora do Curso de Pedagogia. IF Catarinense/Câmpus Camboriú Email: sonia@ifc-camboriu.edu.br.

understand the complexity that permeates the undergraduate courses, as well to provide access, as well as forms of student aid, it must understand that the socioeconomic context, racial, geographic and gender greatly influence the retention and student success.

Keywords: Democratization of Education; Access and permanence; Educational inequality; Social inequality.

Introdução

Os estudos sobre desigualdade educacional, relacionados à desigualdade social têm tomado uma ótica para além da, apenas, desigualdade de acesso e permanência, mas também pelas desigualdades de aprendizagem, de qualidade e de percursos. Essas desigualdades representam a exclusão dos coletivos, seja por descrição de etnia, gênero, geográfica, bem como uma vergonha e uma representação nacional do subdesenvolvimento (ARROYO, 2010).

Segundo Arroyo (2010), embora os estudos sobre essas desigualdades tenham crescido em número e em qualidade, no que se referem aos determinantes pesquisados, as gestões e políticas ainda não tem os considerado com seu merecido respeito. Ao invés disso, o Estado tem se preocupado mais com as avaliações generalistas, parciais, impressionistas, denunciando professores e até educandos. Para o autor, a educação tem sido vista como dicotômica de sua relação com a sociedade, sendo necessário olhar para os desiguais que agora estão entrando nas escolas e procurar políticas inclusivas, de qualidade e de padrão mínimo de resultados, (ARROYO, 2010).

Dessa forma, as relações entre o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior têm se constituído em desafios contemporâneos para as instituições formadoras tanto por meio dos seus projetos políticos pedagógicos, bem como para o trabalho docente dos envolvidos no processo de formação, considerando que as atuais políticas públicas para a educação requerem práticas que contribuam para os processos de inclusão social e ao mesmo tempo provoquem impactos e repercussões relevantes no cenário da educação brasileira.

Os estudos em torno do conceito de *democratização da educação* mostram que não há consenso em relação à compreensão deste conceito, como nos alerta Carvalho (2005, p. 330), “enquanto para uns, a democratização se caracteriza por políticas públicas de abertura da escola para todos, para outros, ela decorre de práticas pedagógicas capazes de formar indivíduos livres”. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais têm demandado estas pautas há algum tempo no Brasil, principalmente no que se refere ao aumento de vagas, enquanto o Estado tem atendido de forma muito tímida estas reivindicações, muito distante da universalização da educação esperada (CONAE, 2010).

Para estes movimentos sociais, bem como para alguns intelectuais, a demanda por democratização da educação não tem sido consensual, de forma que o conceito de democratização tem sido trabalhado de forma diferente pelos diversos setores ao longo das décadas. Para Marques (2012), os sentidos da democratização no Brasil apontam que a

[...] a educação tem se colocado, na contemporaneidade, como fulcral nas políticas educacionais brasileiras, embora vinculada a projetos de sociedade diferenciados. Para uns a defesa da descentralização se fundamenta nos preceitos do liberalismo político, que reclamam instrumentos de proteção das liberdades individuais contra a ameaça de um Estado invasivo, enquanto que, para outros, essa nova forma de gestão dos assuntos estatais favorece o aprofundamento da vida democrática, viabilizando a participação dos cidadãos nas decisões públicas (MARQUES, 2012, p. 1).

Segundo a autora, na década de 1930 a discussão em torno da democratização da educação se baseava em torno do acesso à educação para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Na década de 1980, como restabelecimento do sistema democrático, se observa no discurso de novos políticos a democratização/ descentralização da escola pública, que surgia da demanda popular, pedindo a municipalização do ensino. Houve também a criação de vários órgãos como a UNDIME e o CONSED. Nesse período a demanda popular ainda continuava pela democratização do acesso à etapa do Ensino Fundamental, mas também por eleição de gestores e por conselhos escolares. Na década de 1990 a demanda seria pela democratização dos processos de gestão, e num período marcado por um governo neoliberal que atendia muitas das pressões dos organismos multilaterais, que influenciavam bastante os sistemas de ensino na

América Latina, como o Banco Mundial, a UNESCO, CEPAL, OCDE, entre outros. Este mesmo governo entendia a descentralização e autonomia como procedimentos técnicos com a perspectiva de maior eficiência do sistema educacional.

A partir de 2003, com a entrada do Governo Lula/ Dilma, a perspectiva adota uma concepção contrária - principalmente no que diz respeito ao processo de gestão, embora houve outras rupturas -ao governo anterior, realizando programas de fortalecimento dos conselhos escolares, apresentando outra forma de conceber a gestão democrática. No projeto deste governo, aparecem três eixos prioritários, sendo eles a **democratização do acesso e a garantia de permanência, a qualidade social da educação** bem como a instauração do **regime de colaboração** e da **democratização da gestão** (MARQUES,2012,grifos meus).

A Conferência Nacional de Educação (CONAE),-uma das marcas do atual governo no que se refere ao regime de colaboração -instrumento que oportuniza a participação direta dos cidadãos para pautar suas demandas, estabelece que

a **democratização da educação** não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com **acesso e permanência** de todos no processo educativo, dentro do qual o *sucesso* escolar é reflexo da qualidade (CONAE, 2010, p.45, grifos do documento).

O documento resultante desta Conferência propõe, portanto, que para a educação se tornar democrática é preciso garantir *de facto*, além do acesso, a permanência e sucesso dos estudantes. Nesse aspecto, Tavares(apud ALMEIDA et al, 2012, p.900), alerta que

se a democratização do acesso pode ser questionável, maiores reservas pode- se antecipar quando se analisa o sucesso acadêmico e a conclusão dos cursos. Vários estudos disponíveis apontam que as taxas de insucesso acadêmico e de abandono estão igualmente as sociadas à origem social dos estudantes.

Excluindo os estudantes pelo mérito, converge com esta afirmação o posicionamento Dubet(2008,p.10),ao afirmar que “a meritocracia pode se tornar totalmente intolerável quando associa o orgulho dos ganhadores ao desprezo pelos perdedores”. Dessa forma, os documentos e movimentos pela democratização no Brasil têm defendido uma democratização que possa atender as diversas desigualdades iniciais marcadas pela falta de recursos, habilidades e oportunidades, de acesso e permanência dos estudantes. Estes documentos colocam como desafio não só promover o acesso, de forma mais justa possível, mas fundamentalmente em garantir a permanência e o sucesso acadêmico.

Estudos recentes sobre o tema e a problemática dessa pesquisa, como os de Ferri *et al* (2010) e Krainski (2011) apontam para a urgência de investigações sobre a atual política de acesso e permanência no Ensino Superior brasileiro. Dessa forma, a partir destas questões, analisamos os dados sobre a não permanência dos estudantes no curso de pedagogia do Instituto Federal Catarinense, afim de conhecer quais motivos que prejudicam os estudantes de continuarem seus estudos para que possamos pensar em estratégias que contribuam para uma democratização de forma mais ampla, alcançando a permanência e o sucesso.

Metodologia e Caracterização da amostra

O Instituto Federal Catarinense – IF CATARINENSE, com sede/reitoria em Blumenau/SC, foi criado pela Lei nº 11.892/2008, sendo que o *Campus Camboriú*, até final de 2008 denominava-se Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Ao se tornar IF CATARINENSE, passou a oferecer cursos superiores, dentre eles licenciaturas, com o propósito de suprir a carência de formação de professores. No caso do Campus Camboriú, a partir 2010 passou a ser ofertada a Licenciatura em Matemática e, em 2011, Licenciatura em Pedagogia. Importante ressaltar que aproximadamente desde o ano de 2004 na região da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí), os cursos de Pedagogia passaram a ser ofertados apenas por meio das modalidades semipresencial e à distância em instituições privadas. Tal situação fez com que a comunidade local, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Camboriú, reivindicasse a oferta desse curso na

modalidade presencial ao IF Catarinense. Reivindicação acolhida, o curso em questão passou a ser oferecido na modalidade presencial, em período noturno. Para este trabalho foram analisadas três turmas que ingressaram entre os anos de 2011 e 2013, sendo as mesmas constituídas por uma maioria de mulheres, com mais de 30 anos, que trabalham durante o dia, algumas delas já em atividade de docência.

A população dos que evadiram são de 64 pessoas, sendo que conseguimos a resposta de 31, resultando uma margem de erro de 11%. Esta margem foi obtida por meio da calculadora *on line* de SANTOS (2014). Algumas informações foram disponibilizadas pela Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) da instituição, as demais foram obtidas por meio de entrevistas (via contato telefônico), requerendo sempre a permissão dos entrevistados para o uso dos dados em pesquisa (importante destacar que não houve negativa de nenhum sujeito da pesquisa).

A pergunta que orientou a entrevista foi: “qual o principal motivo que levou você a evadir o curso de pedagogia?”. A mesma oferecia cinco opções de resposta, sendo: a) motivos financeiros e/ou dificuldades de conciliar trabalho e faculdade; b) não achou a carreira de docente atrativa; c) não achou que o curso tivesse relação com o campo de trabalho e/ou inadequação ao curso; d) tinha a responsabilidade com crianças pequenas no período do curso; e) outros. Também verificamos quantos dos que evadiram foram para cursos na modalidade EAD e quais.

Resultados e discussões

De acordo com as respostas, verificamos que 32% alegaram dificuldades financeiras e problemas para conciliar o trabalho e os estudos. Os que responderam não achar atrativo a carreira de docente representam 10% da amostragem. Os que não acharam que o curso tivesse relação com o campo de trabalho e/ou não se adequaram ao mesmo, correspondem a 13% dos sujeitos. Os que são responsáveis por crianças pequenas no período noturno representam 19% e, por fim, os que alegaram outras questões, 26%. Desses 26%, 50% tiveram problemas familiares ou de saúde, 25% mudaram de cidade e, 25% alegaram nunca ter tido interesse em cursar pedagogia.

Dos entrevistados, 26% transfeririam sua matrícula para a modalidade à distância, dos quais 63% haviam alegado motivos financeiros e/ou dificuldades de conciliar trabalho e faculdade. Lembramos novamente que estes passaram a cursar à distância em cursos privados, o que mostra que mesmo pagando mensalidade, estes estudantes preferem esta modalidade, provavelmente por conseguirem conciliar melhor o tempo entre trabalhos e estudos. Os outros 37% haviam indicado a opção “não achou que o curso tivesse relação com o campo de trabalho e/ou inadequação ao curso”, o que nos parece ter mais relação com a dificuldade de acompanhar o curso presencial, pois alegaram achar a EAD “mais fácil”.

Chama atenção que os motivos financeiros e as dificuldades de conciliar o estudo e trabalho ainda aparecem como principais motivos, apesar dos auxílios disponibilizados pelo Programa de Assistência Estudantil do IF Catarinense, que compreende o auxílio moradia (R\$ 250,00), auxílio permanência I (R\$ 300,00 - para estudantes que comprovem “extrema” condição de vulnerabilidade social) e auxílio permanência II (R\$ 150,00 - para estudantes que comprovem condição de vulnerabilidade social). Estes dados indicam que as políticas/ações de auxílio estudantil não têm contido a evasão como era de se esperar, uma vez que estas condições não substituem a renda advinda do trabalho destes estudantes, não provendo a sua subsistência.

Ainda, a modalidade à distância, ao atender 26% dos estudantes que evadem se mostra mais atraente para aqueles que apresentam dificuldades financeiras, de conciliar trabalho, família e estudos, bem como de acompanhar o curso presencial, pois muitos destes estudantes vêm de uma educação básica muito precária e apresentam dificuldades para realizar as atividades exigidas. Ao transferirem suas matrículas para cursos EAD alegaram que as atividades eram muito mais fáceis e obteriam um diploma de mesmo valor.

Conclusão

Apesar dos esforços identificados nas últimas décadas no contexto brasileiro -notadamente nos dois mandatos de Luiz Inácio da Silva (Lula) e do primeiro mandato de Dilma Rousseff, como investimento na expansão e

interiorização da educação superior, por meio da criação de novas universidades públicas federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como pelos estímulos aos estudantes por meio de programas de assistência, como a bolsa permanência, o auxílio moradia, moradias estudantis -, as políticas de inclusão não foram e não estão sendo suficientes para a democratização plena do Ensino Superior.

Os desafios a que estamos submetidos estão para além de tais iniciativas e implicam uma reconfiguração da própria concepção implícita nas políticas que ainda sofrem influências do neoliberalismo, que fora implantado na grande maioria dos países, sobretudo na América Latina das décadas de 1980 e 1990. Tal concepção tem “traduzido os interesses mercadológicos, na medida em que esse nível de ensino é considerado como um indutor do desenvolvimento e crescimento econômico” (MAUÉS, 2011, p.2).

A partir destas reflexões, se torna urgente pensar que significado daremos ao conceito de democratização da educação, uma vez que não há consenso entre os pesquisadores e setores da sociedade e tem sido utilizado pelos neoliberais à favor de sua ideologia, trazendo o perigo que nos alerta Apple (2003) da ressignificação à direita dos termos e palavras-chave do nosso senso comum.

Essas estratégias têm, segundo ele, atuado na intenção de alterar radicalmente o que pensamos e o que devem ser as nossas instituições, respondendo a uma identidade da qual eles procuram criar e influenciar. Dessa forma, se torna imprescindível a discussão sobre o processo de democratização da educação no Brasil contemporâneo, procurando reconhecer a que interesses está vinculado, bem como suas incoerências e ilegitimidades no processo em que se insere.

A democratização da educação, dentro de uma perspectiva que busque a justiça social, significará ampliar a Educação de forma que ela possa atender as demandas e direitos individuais, como a garantia de acesso, permanência (e frequência)³ e sucesso - superando as desigualdades e faltas de recursos e habilidades de muitos – nas mais diversas modalidades e etapas que se tornaram

3 Os Estudos de Carpentier (2010) e Dubet (2008) apontam para a frequência como das questões que envolvem a democratização. Eu considero mais apropriado para a realidade brasileira tratar a frequência como constitutivo da permanência, uma vez que é assim que tem aparecido nos documentos e que para permanência é imprescindível a frequência.

ou venham se tornar demandas populares. Afinal, as políticas de ampliação do acesso não têm sido suficientes para uma democratização da educação que compreenda a permanência e sucesso dos estudantes. Ao mesmo tempo, as políticas de auxílio, ainda que muito importantes, não têm conseguido superar as desigualdades iniciais dos estudantes, acarretando em grandes quantidades de evasão e insucesso acadêmico.

Parafraseando Dubet (2008), a igualdade de acesso pode ser uma crueldade no estado quimicamente puro, onde a instituição escola tende a distinguir os indivíduos segundo seu mérito. Dessa forma, é necessário rever nossas políticas de democratização da educação, desde seu próprio significado, procurando compreender a complexidade que permeia os cursos de licenciaturas, uma vez que além de oferecer o acesso, bem como formas de auxílio estudantil, é preciso compreender que o contexto socioeconômico, racial, geográfico e de gênero influenciam sobremaneira na permanência e sucesso dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al: Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, vol. 17, n. 3, Nov. 2012.

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROYO, M. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. In: Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

CARPENTIER, C. As Políticas Educacionais Face ao Desafio da Igualdade. In: VALLE, I. R. SILVA, V. L. G. DAROS, M. D. **Educação Escolar: Justiça Social**. Florianópolis: NUP, 2010.

CARVALHO, H. A. Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior? In: Anped, 11.2005, Caxambú. **Anais... Caxambú: Anped**, 2005.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação**. Eixo III – documento de referência. Brasília, 2010.

DUBET, F. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRI, Cássia *et al.* Políticas inclusivas no ensino superior: análise do acesso, permanência e aprendizagem dos acadêmicos participantes do ProUni na Universidade do Vale do Itajaí, no período 2006-2007. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.91, n 228, p.367-389, maio/ago. 2010.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. Permanência e sucesso no ensino superior: uma questão de direito. In: **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba, 2011.

MARQUES, Luciana R. **Sentidos hegemônicos da democracia nas políticas de democratização:**

descentralização da educação. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamerican_o2012/Trabalhos/LucianaRosaMarques_res_int_GT7.pdf>. Acesso em 06 de jun. 2014.

MAUES, O. A educação superior no plano nacional de educação, 2011-2020: a proposta do executivo. In: Anped, 11. 2011, Natal, **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral:** calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em 27 abr. 2014.